



**CONTRATO**

Contrato nº 0185/2019-SMS.

Processo nº P078809/2019.

**CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SOBRAL, POR  
INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
E O SR. PETRONIO ARRUDA FROTA, NA FORMA QUE  
INDICA.**

O **MUNICÍPIO DE SOBRAL**, por intermédio da sua Secretaria Municipal da Saúde, inscrita(o) no CNPJ sob o nº 07.598.634/0001-37, compartilhado com o Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.407.563/0001-15, situado à Boulevard João Barbosa, nº 776, Centro, Sobral-CE, CEP 62.010.190, doravante denominada **CONTRATANTE** e do outro lado o **Sr. PETRONIO ARRUDA FROTA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 129141586 SSP CE e CPF nº 323.622.003-10, residente e domiciliado na Rua Antônio Rodrigues, 712, Dom José, Sobral - CE, doravante denominada **CONTRATADO**, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente contrato a locação de um imóvel situado na Rua Cel. Antônio Rodrigues, nº 712, Dom José, Sobral/CE, destinado sua utilização para o funcionamento da Sede da Central de Transportes da Secretaria Municipal da Saúde de Sobral.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO**

Fundamenta-se o presente contrato na licitação realizada sob a modalidade de **Dispensa de licitação nº 024/2019-SMS**, na proposta da Contratada, baseada no art. 24, inciso X, c/c o art. 26, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93.

**CLAUSULA TERCEIRA - DO RECURSO**

As despesas necessárias para a execução do presente contrato correrão por conta da classificação funcional programática e da categoria econômica sob o nº **0701.10.301.0072.2283.33.90.36.01.1214.0000.00**, do orçamento da Secretaria Municipal da Saúde do Município de Sobral.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

O valor do aluguel mensal é de **R\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais)**. Sendo o valor global de **R\$ 66.000,00 (Sessenta e seis mil reais)**.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato no DOM, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos.

  
**Dr. Artur Lira Linh.**  
OAB - CE Nº 34.67.  
Gerente da Célula de Contratos,  
Convênios e Processos Licitatórios - S.



**Parágrafo primeiro** – Toda prorrogação de contratos será precedida da comprovação de vantagem da referida medida para a Administração, inclusive mediante a realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública.

**Parágrafo segundo** - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**Parágrafo terceiro** - Caso não tenha interesse na prorrogação, o (a) LOCADOR (a) deverá enviar comunicação escrita ao LOCATÁRIO, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

### **CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

Será admitido o reajuste do preço do aluguel da locação com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do (**Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M** ou **Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI**), ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela **Fundação Getúlio Vargas – FGV**, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

*Nota explicativa:* O índice de reajuste eleito deve ser aquele que melhor reflita a recomposição de preços do específico setor do objeto do contrato (no caso, locação imobiliária).

*Normalmente, na locação de imóveis, o índice adotado é o IGP-M, ou o IGP-DI, ambos da Fundação Getúlio Vargas, mas trata-se de critério técnico a ser analisado pelo órgão.*

**Parágrafo primeiro** - Caso o (a) LOCADOR (a) não solicite o reajuste até a data da prorrogação contratual, ocorrerá a preclusão do direito, e nova solicitação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste contrato.

*Nota explicativa:* A fixação de prazo máximo para a solicitação do reajuste por parte do locador decorre de aplicação analógica da orientação do TCU, firmada nos Acórdãos nº 1.827/2008 e 1.828/2008 – Plenário, e do Parecer nº AGU/JTB 01/2008, da Advocacia-Geral da União (aprovado pelo Presidente da República em despacho de 26/02/2009 e publicado no Diário Oficial da União de 06/03/2009), de observância obrigatória para todos os órgãos e entidades da Administração federal.

**Parágrafo segundo** – O reajuste será formalizado no mesmo instrumento de prorrogação da vigência do contrato.

**Parágrafo terceiro** - A Administração deverá assegurar-se de que o novo valor do aluguel é compatível com os preços praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

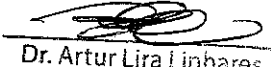
### **CLÁUSULA SETIMA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR**

LOCADOR obriga-se a:

7.1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta;

7.2. Fornecer declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os

*LM* *AK*

  
Dr. Artur Lira Linhares  
OAB - CE Nº 34.670  
Gerente da Célula de Contratos,  
Convênios e Processos Licitatórios - SMS

esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte da Administração;

7.3. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

7.4. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

7.5. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

7.6. Fornecer ao LOCATÁRIO descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua vistoria para entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;

7.7. Fornecer ao LOCATÁRIO recibo discriminado das importâncias pagas, vedada a quitação genérica;

7.8. Pagar as taxas de administração imobiliária, se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente ou de seu fiador;

7.9. Pagar as despesas extraordinárias de condomínio, entendidas como aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, como, por exemplo:

a. obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;

b. pintura das fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como das esquadrias externas;

c. obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do imóvel;

d. indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas em data anterior ao início da locação;

e. instalação de equipamento de segurança e de incêndio, de telefonia, de intercomunicação, de esporte e de lazer;

f. despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum;

g. constituição de fundo de reserva, e reposição deste, quando utilizado para cobertura de despesas extraordinárias;

7.10. Pagar os impostos (especialmente Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU) e taxas, inclusive a contribuição para o custeio de serviços de iluminação pública, incidentes sobre o imóvel;

7.11. Nota explicativa: Lembramos que, embora seja praxe no mercado a atribuição da responsabilidade pelo pagamento do IPTU ao locatário, a legislação não estabelece tal obrigação. Ao contrário, a atribuição compete a princípio ao locador, salvo disposição contratual em contrário (artigo 22, VIII, da Lei nº 8.245, de 1991). Assim, recomendamos que haja negociação de tal cláusula entre as partes, lembrando sempre do princípio da prevalência do interesse público.


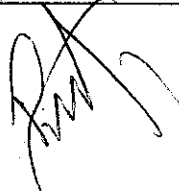
7.12. Entregar, em perfeito estado de funcionamento, os sistemas de ar-condicionado, combate a incêndio e rede de lógica, bem como o sistema hidráulico e a rede elétrica;

7.13. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação;

7.14. Exibir ao LOCATÁRIO, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;

7.15. Informar ao LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCATÁRIO**



8.1. O LOCATÁRIO obriga-se a:

8.1.1. Pagar o aluguel e os encargos da locação exigíveis, no prazo estipulado neste contrato;

8.1.2. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;

8.1.3. Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa elaborada quando da vistoria para entrega, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal;

8.1.4. Comunicar ao LOCADOR qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

8.1.5. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do LOCADOR, assegurando-se o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias;

8.1.6. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;

8.1.7. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;

8.1.8. Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionado ao LOCATÁRIO;

8.1.9. Pagar as despesas ordinárias de condomínio, entendidas como aquelas necessárias à sua administração, como, por exemplo:

a. salários, encargos trabalhistas, contribuições previdenciárias e sociais dos empregados do condomínio;

b. consumo de água e esgoto, gás, luz e força das áreas de uso comum;

c. limpeza, conservação e pintura das instalações e dependências de uso comum;

d. manutenção e conservação das instalações e equipamentos hidráulicos, elétricos, mecânicos e de segurança, de uso comum;

e. manutenção e conservação das instalações e equipamentos de uso comum destinados à prática de esportes e lazer;

f. manutenção e conservação de elevadores, porteiro eletrônico e antenas coletivas;

g. pequenos reparos nas dependências e instalações elétricas e hidráulicas de uso comum;

h. rateios de saldo devedor, salvo se referentes a período anterior ao início da locação;

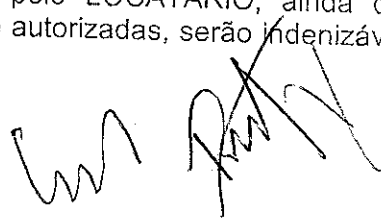
i. reposição do fundo de reserva, total ou parcialmente utilizado no custeio ou complementação de despesas ordinárias, salvo se referentes a período anterior ao início da locação.


8.1.10. Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, gás (se houver) e água e esgoto;

8.1.11. Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora;

### **CLÁUSULA NONA – DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO**

As benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício



  
Dr. Artur Lira Linhares  
OAB - CE Nº 34.670  
Gerente da Célula de Contratos,  
Convênios e Processos Licitatórios - SMS



PREFEITURA DE  
**SOBRAL**

Secretaria Municipal da Saúde

do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245, de 1991, e o artigo 578 do Código Civil.

**Parágrafo primeiro** - O LOCATÁRIO fica desde já autorizado a fazer, no imóvel locado, as adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades.

**Parágrafo segundo** - Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, tapetes, etc., poderão ser retirados pelo LOCATÁRIO, devendo o imóvel locado, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios.

**Parágrafo terceiro** - Finda a locação, será o imóvel devolvido ao LOCADOR, nas condições em que foi recebido pelo LOCATÁRIO, conforme documento de descrição minuciosa elaborada quando da vistoria para entrega, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no contrato, sujeitará o LOCADOR, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

- a. advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b. multa moratória de até 10% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação;

Nota explicativa: A Administração deve decidir, caso a caso, de acordo com o objeto, qual o prazo limite para a mora da contratada, a partir do qual a execução da prestação deixa de ser útil para o órgão e enseja a rescisão do contrato.

- c. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória;
- d. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Secretaria da Gestão, pelo prazo de até dois anos;
- e. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o LOCADOR ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
- f. a penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**Parágrafo primeiro** - Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas acima, as empresas ou profissionais que, em razão do presente contrato:

- a. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Dr. Artur Lira Linhares  
OAB - CE Nº 34.670  
Gerente da Célula de Contratos,  
Convênios e Processos Licitação - SMS



PREFEITURA DE  
**SOBRAL**

Secretaria Municipal da Saúde

**Parágrafo segundo** - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**Parágrafo terceiro** - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**Parágrafo quarto** - As multas devidas e/ou prejuízos causados ao LOCATÁRIO serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

**Parágrafo quinto** - Caso o LOCATÁRIO determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação.

**Parágrafo sexto** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**Parágrafo sétimo** - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – MEDIDAS ACAUTELADORAS**

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

O LOCATÁRIO, no seu lícito interesse, poderá rescindir este contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta ao LOCADOR, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**Parágrafo primeiro** - A rescisão por descumprimento das cláusulas e obrigações contratuais acarretará a execução dos valores das multas e indenizações devidos ao LOCATÁRIO, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste instrumento.

**Parágrafo segundo** - Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência de qualquer das hipóteses enumeradas no artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993, que sejam aplicáveis a esta relação locatícia.

**Parágrafo terceiro** - Nas hipóteses de rescisão de que tratam os incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que ausente a culpa do LOCADOR, o LOCATÁRIO o ressarcirá dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

**Parágrafo quarto** - Caso, por razões de interesse público, devidamente justificadas, nos termos do inciso XII do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993, o LOCATÁRIO decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique o LOCADOR, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo quinto** - Na hipótese do parágrafo acima, caso não notifique tempestivamente o LOCADOR, e desde que este não tenha incorrido em culpa, o LOCATÁRIO ficará sujeita ao pagamento de multa equivalente a 2 (dois) aluguéis, segundo a proporção prevista no artigo 4º da Lei nº 8.245, de 1991, e no artigo 413 do Código Civil, considerando-se o prazo restante para o término da vigência do contrato.

Dr. Artur Lira Linhares  
OAB - CE Nº 34.670  
Gerente da Célula de Contratos,  
Convênios e Processos Licitatórios - SMS



PREFEITURA DE  
**SOBRAL**

Secretaria Municipal da Saúde

**Parágrafo sexto** - Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoração, desapropriação, caso fortuito ou força maior, etc., o LOCATÁRIO poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação, ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.

**Parágrafo sétimo** - O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente ao LOCADOR ou por via postal, com aviso de recebimento.

**Parágrafo oitavo** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

Incumbirá o LOCATÁRIO providenciar a publicação do extrato deste contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

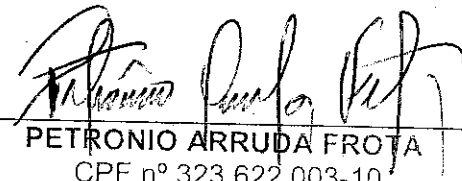
**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

O foro para dirimir as questões oriundas da execução ou da interpretação deste Contrato, é o da Comarca de Sobral – CE, podendo os casos omissos serem resolvidos de comum acordo pelos contratantes.

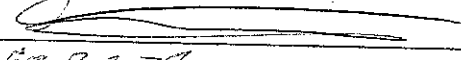
E, por estarem assim justos e combinados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e na presença de 02 (duas) testemunhas.

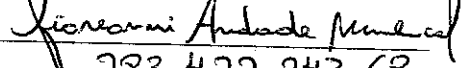
Sobral – CE, 30 de Julho de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
**GERARDO CRISTINO FILHO.**  
Secretário Municipal da Saúde.  
CONTRATANTE.


  
\_\_\_\_\_  
**PETRONIO ARRUDA FROTA**  
CPF nº 323.622.003-10  
CONTRATADO.

TESTEMUNHAS:

1.   
\_\_\_\_\_  
CPF.: 059.208.393.06

2.   
\_\_\_\_\_  
CPF.: 283 422 243 68

Visto: Assessoria Jurídica da CONTRATANTE

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. Artur Lira Linhares**  
OAB - CE Nº 34.670  
Gerente da Célula de Contratos,  
Convênios e Processos Licitatórios - SMS

to repasse mensal - até 79% de cumprimento da meta trimestral - 90% do repasse mensal - até 64% de cumprimento da meta trimestral - 70% do repasse mensal - até 50% de cumprimento da meta trimestral - 50% do repasse mensal - Com o atesto do cumprimento das metas estabelecidas neste Contrato - sendo pela Comissão de Avaliação de Metas e Contas, os saldos financeiros remanescentes poderão ser utilizados pela CONTRATADA para atendimento ao objeto do Contrato. Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Secretaria da Saúde do Município de Sobral, em 30 de julho de 2019. Gerardo Cristino Filho - SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 0184/2019-SMS.** CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, representada pela Secretaria Municipal da Saúde. CONTRATADO: CENTRAL DAS FRALDAS DISTRIBUIDORA LTDA. OBJETO: Constitui objeto deste contrato a aquisição de fraldas utilizadas na eutanásia de animais recolhidos pela Unidade de Vigilância de Zoonoses da Secretaria Municipal da Saúde de Sobral-CE, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO nº 051/2019. VALOR GLOBAL: R\$ 14.53,00 (treze mil e cinquenta e oito reais). DA FISCALIZAÇÃO: A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Gerente da Unidade de Vigilância de Zoonoses de Sobral-CE, Srª Amanda Albuquerque Rocha. PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 30 de julho de 2019. SIGNATÁRIOS: REPRESENTANTE DA CONTRATANTE: Gerardo Cristino Filho. REPRESENTANTE DA CONTRATADA: Srª Keyla Cristina Gondim Gonçalves Azeiteiro - Viviane de Moraes Cavalcante - COORDENADORA JURÍDICA DASMS.

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO SPU Nº P078809 2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 024/2019 - SMS.** OBJETO: Locação de um imóvel situado na Rua Cel. Antônio Rodrigues, nº 712, Dom José, Sobral CE, destinado sua utilização para o funcionamento da Sede da Central de Transportes da Secretaria Municipal da Saúde de Sobral CE. VALOR GLOBAL: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701.10.301.0072.2.283.33.90.3.6.01.121.4.0000.00. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso X e Art. 26, inciso II e III, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. CONTRATADO: Sr. PETRONIO ARRUDA FROTA, Sobral CE, 30 de julho de 2019. RATIFICAÇÃO: Gerardo Cristino Filho - SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 0185/2019 - SMS - PROCESSO SPU Nº: P078809 2019.** CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, através da Secretaria Municipal da Saúde. CONTRATADO: Sr. PETRONIO ARRUDA FROTA. OBJETO: Locação de um imóvel situado na Rua Cel. Antônio Rodrigues, nº 712, Dom José, Sobral CE, destinado sua utilização para o funcionamento da Sede da Central de Transportes da Secretaria Municipal da Saúde de Sobral, CE. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso X e Art. 26, inciso II e III, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e a dispensa Nº 024/2019. VALOR GLOBAL: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais). DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. DATA: 30 de julho de 2019. SIGNATÁRIOS: Gerardo Cristino Filho - SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE e o Sr. Petronio Arruda Frota - CONTRATADO - Viviane de Moraes Cavalcante - Coordenadora Jurídica - SMS.

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO SPU Nº P079033 2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 025/2019 - SMS.** OBJETO: Locação de um imóvel situado na Rua Cel. Antônio Mendes Carneiro, nº 562, Centro, Sobral CE, destinado sua utilização para o funcionamento do CSF - Centro de Saúde da Família Centro, neste município de Sobral. VALOR GLOBAL: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701.10.301.0072.2.283.33.90.36.01.1214.0000.00. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso X e Art. 26, inciso II e III, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. CONTRATADO: Sra. MARIA LUZINETE PONTES, Sobral CE, 30 de julho de 2019. RATIFICAÇÃO: Gerardo Cristino Filho - SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 0186/2019 - SMS - PROCESSO SPU Nº: P079033 2019.** CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, através da Secretaria Municipal da Saúde. CONTRATADO: Sra. MARIA LUZINETE PONTES. OBJETO: Locação de um imóvel situado na Rua Cel. Antônio Mendes Carneiro, nº 562, Centro, Sobral CE, destinado sua utilização para o funcionamento do CSF - Centro de Saúde da Família Centro, neste município de Sobral. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso X e Art. 26, inciso II e III, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e a

dispensa Nº 025/2019. VALOR GLOBAL: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993. DATA: 30 de julho de 2019. SIGNATÁRIOS: Gerardo Cristino Filho - SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE e Maria Luzinete Pontes - CONTRATADA. Viviane de Moraes Cavalcante - COORDENADORA JURÍDICA DASMS.

**EDITAL SMS Nº 07/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DE PROFISSIONAIS PARA OS NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF) DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SOBRAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1613, DE 09 DE MARÇO DE 2017 E DO DECRETO MUNICIPAL Nº 2240, DE 04 DE JULHO DE 2019 RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO -** A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, objetivando a contratação por tempo determinado de profissionais para os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) da Secretaria Municipal da Saúde de Sobral, regulado pelo edital SMS 07/2019, vem tornar público para o conhecimento dos interessados o resultado preliminar do processo seletivo, RESOLVENDO: I. Divulgar, em ordem alfabética, o resultado preliminar no processo seletivo, conforme relação transcrita no ANEXO I deste termo, contendo o nome do candidato e a pontuação obtida. II. Informar que com base no item 4.6 do edital inaugural, para receber a pontuação relativa à experiência profissional, o candidato deveria apresentar comprovação do período de atividade na função a que concorre, prevista no quadro de vagas do ANEXO V do referido edital. II. Informar que será admitida a interposição de recursos contra o resultado preliminar, nos termos previstos no edital inaugural. Sobral, CE, 30 de julho de 2019. Francisco José Leal de Vasconcelos - PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO.

ANEXO I - EDITAL SMS Nº 07/2019 RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO EM ORDEM ALFABÉTICA CÓD. 01 - ASSISTENTE SOCIAL DO NASF	
NOME	PONTUAÇÃO
ALESSANDRA CARVALHO NOBREGA DUARTE	37,5
ANA TAMIRES PEIXOTO ARAÚJO	9,0
ANA THIENA APOLIANO GOMES DA SILVA	16,0
ANDRÉIA PONTES DE ALMEIDA	6,0
BRUNA ARAÚJO MADEIRA	13,0
CIBELLE SABOYA PEREIRA	5,0
DAIANE MARQUES DA COSTA	10,0
FRANCILÉO PEREIRA MONÇÃO	1,5
GLEYCIANE SANTIAGO RIPARDO	14,0
GREICIANE SAMPAIO WERNER	5,0
JOSÉ REGINALDO OLIVEIRA ARTEIRO	2,0
JULIANE BRAGA DA SILVA	16,0
LEILA CRISTINA SEVERIANO AGAPE	35,5
LUANA MENEZES DE ALMEIDA	17,0
MARIA CARLIANE COSTA MORAIS PONTE	5,0
MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES SILVA	35,5
MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS FERNANDES	12,5
MARIA HELENA AGUIAR	8,0
MARIA HELENA DA SILVA	7,0
OLINDINA LINHARES PRADO ALVES	7,0
SANTIAGO MARINHEIRO SARAIVA	52,5
TELMA ALVES MEDEIROS	13,5
THALANIKELSON DE OLIVEIRA BRITO	25,5

\*Com base no item 4.6 do edital inaugural, a pontuação da experiência profissional teve por base a função prevista no quadro de vagas do ANEXO V.

CÓD. 02 - PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO NASF	
NOME	PONTUAÇÃO
BRUNO CARVALHO DE FARIAS	2,0
CARLOS EDUARDO DA SILVA	24,5
DARLANDERSON GOMES ALBUQUERQUE	18,0
DENISE DE OLIVEIRA FROTA	27,5
DIEGO DE ALMEIDA ROCHA	0,0
DOUGLAS PRADO ARAÚJO	19,0
FABÍLCIA MARTINS DE SOUZA	21,0
FIAMMA DARLEN GOMES DE SOUZA	5,0
GECILEIDE AGUIAR FREITAS	32,5
GERMANA DAMASCENO BATISTA	2,5
HIANNA ISAIAS FONTENELE RIBEIRO	15,0
KILCIANNE MARIA MAGALHAES MUNIZ	14,0
LARISSÉ DAMASCENO PONTES	45,0
LUANA RODRIGUES PORTELA	16,5
MARIA DO LIVRAMENTO DE BARCELOS FONTENELE	25,0
MARIA LÍLIA MARTINS DA SILVA	27,0
RENATA ALVES DOS SANTOS	24,0
ROBERTO CLEBER SILVA DE OLIVEIRA	14,0
SAMIA CRISTINA COSTA MADEIRA	2,0
SANAYLA MARIA ALBUQUERQUE QUEIROZ	44,0
SHEILLIANY BARBALHO SILVA	5,5
VERNIELLE EMMELIN SOARES FERREIRA	36,5
VICTOR HUGO RIBEIRO DE SOUSA	33,0

\*Com base no item 4.6 do edital inaugural, a pontuação da experiência profissional teve por base a função prevista no quadro de vagas do ANEXO V.